



Instituto de Planejamento Econômico e Social

INPES

Instituto de Pesquisas

TEXTOS PARA DISCUSSÃO INTERNA

Nº 166

"INCIDÊNCIA DE POBREZA NAS
REGIÕES METROPOLITANAS NA
PRIMEIRA METADE DA DÉCADA DE
80"

Sônia Rocha

Agosto de 1989



TEXTOS PARA DISCUSSÃO INTERNA

Nº 166

"INCIDÊNCIA DE POBREZA NAS
REGIÕES METROPOLITANAS NA
PRIMEIRA METADE DA DÉCADA DE
80"

Sonia Rocha

Agosto de 1989

Tiragem: 100 exemplares

Trabalho concluído em: Abril de 1989

Instituto de Pesquisas do IPEA
Instituto de Planejamento Econômico e Social
Avenida Presidente Antonio Carlos, 51 - 13º/17º andares
Rio de Janeiro/RJ
20020

Este trabalho é de inteira e exclusiva responsabilidade de sua autora. As opiniões nele emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República.

INCIDÊNCIA DE POBREZA NAS REGIÕES METROPOLITANAS
NA PRIMEIRA METADE DA DÉCADA DE 80

Sonia Rocha

- I - INTRODUÇÃO
- II - ESTABELECIMENTO DAS LINHAS DE POBREZA
- III - INCIDÊNCIA DA POBREZA NAS REGIÕES METROPOLITANAS
NA PRIMEIRA METADE DA DÉCADA DE 80

SINOPSE

Neste trabalho são estabelecidas linhas de pobreza segundo regiões metropolitanas, para os anos de 1981, 1983, 1985 e 1986, diferenciadas em função de estruturas específicas de consumo e de preços. Estas linhas são utilizadas para se obterem as proporções de pobres na população total, com base nos dados de rendimento das PNAD's. Segue-se uma discussão dos impactos tanto das especificidades locais como dos ciclos de curto prazo sobre os resultados obtidos.

I. INTRODUÇÃO

Apesar do aspecto reconhecidamente multidimensional da pobreza, a necessidade de se obter um conceito operacional para fins de análise e ação de governo tem levado a associá-la a níveis de renda inferiores a um determinado valor. Neste aspecto, a abordagem mais freqüente, no Brasil é o uso do salário mínimo visando construir o parâmetro de referência - a chamada linha de pobreza - que serve para distinguir "pobres" de "não-pobres".¹

Como existem, reconhecidamente, significativas diferenças regionais de preços e de estruturas de consumo, optou-se por estabelecer aqui linhas de pobreza temporal e espacialmente específicas para as regiões metropolitanas que, em 1985, respondiam por 30,5% da população brasileira. O objetivo é verificar em que medida a ruptura da tendência de crescimento econômico no início da década de 80 e os ciclos de curto prazo subseqüentes se rebateram sobre a incidência da pobreza enquanto insuficiência de renda.

Optou-se por estabelecer esses parâmetros para os anos que marcam pontos críticos em relação aos ciclos de curto prazo. O ano de 1981 marca o início da recessão, tendo sido a primeira vez, desde a implantação da contabilidade nacional, que se verificou uma queda do produto real. Em 1983 é atingido o auge da recessão, mas os impactos sociais da crise perduram, pois, como mostram Bonelli

¹Diferentes autores estabeleceram definições diversas de linha de pobreza em termos de salário mínimo. Fishlow (1972) refere-se a 1 salário mínimo no Nordeste urbano e 1,15 salário mínimo para as demais áreas urbanas do país. Pfefferman (1983) definiu, "arbitrariamente" segundo ele mesmo, 2 salários mínimos por família como linha de pobreza. Vetter e Hicks (1983) definiram 3 salários mínimos no Sudeste e Sul, e 4 salários mínimos no Nordeste utilizando um procedimento que leva em conta algumas diferenças regionais. Pastore e Pagotto (1983) referem-se a 1 salário mínimo e Hoffman (1984) a 1 e 2 salários mínimos.

e Sedlacek,² os coeficientes de Gini apresentaram incremento até 1985. Assim, é interessante examinar os efeitos da recuperação econômica iniciada em 1984 sobre a incidência da pobreza tanto em 1985, que pode ser considerado como um "ano normal", como em 1986, face ao propalado redistributivismo do Plano Cruzado.

Os resultados obtidos evidenciam que, para um mesmo período de referência, o valor da linha de pobreza se diferencia significativamente entre as regiões metropolitanas. Como se verificam amplitudes superiores a 50% entre custo máximo e mínimo calculados, as distorções na mensuração da pobreza quando se utiliza um único parâmetro, seja para o conjunto das Regiões Metropolitanas, seja para o país como um todo, não podem ser negligenciadas.³

Na Seção 2, a seguir, é apresentada a metodologia de construção e os valores obtidos para as linhas de pobreza. Estes valores são utilizados na Seção 3 para estabelecer as proporções de pobres na população total de cada região metropolitana nos quatro anos. Serão discutidos, ainda, os fatores que afetam a posição relativa das regiões metropolitanas no que concerne à incidência da pobreza, destacando o papel do efeito dos ciclos de curto prazo sobre evolução da incidência ao longo do tempo.

II. ESTABELECIMENTO DAS LINHAS DE POBREZA

As linhas de pobreza serão estabelecidas a partir de uma avaliação do custo efetivo do atendimento das necessidades básicas le

²O coeficiente de Gini calculado a partir dos decis da distribuição de renda das PNAD's se deteriora a partir de 1981 até 1985 inclusive, o redistributivismo do Plano Cruzado permitindo apenas o retorno aos níveis de desigualdade observados em 1979. (R. Bonelli e G. Sedlacek, "Distribuição de Renda: Evolução no Último Quarto do Século", mimeo, 1988).

³É razoável supor que as regiões metropolitanas formam um conjunto de unidades de análise relativamente mais homogêneo do que quando se consideram áreas urbanas e rurais. Portanto, para o país como um todo, a utilização de uma linha de pobreza única implicaria ainda maiores distorções do que as indicadas aqui.

vando-se em conta as preferências dos consumidores e os preços diferenciados, segundo as regiões metropolitanas. Objetiva-se explicitamente considerar que existem diferenças espaciais significativas de custo de vida, resultando tanto de disparidade do nível de preços, como de composições diversas do consumo. Há suficientes evidências empíricas⁴ de que a utilização de uma linha de pobreza única - ou, de maneira mais geral, o uso do mesmo parâmetro monetário como valor de referência para todo o país⁵ - é inadequado, embora operacionalmente mais simples, tanto para objetivos analíticos como administrativos.

Como base para as preferências, serão utilizados os dados do ENDEF a partir de metodologia adotada por Fava (1984). Essas preferências se exprimem, por um lado, pela cesta alimentar do segundo decil da distribuição de despesas correntes ajustada na composição - tendo em vista o objetivo operacional de reduzir o número de itens -, e, na quantidade, para atender aos requerimentos calóricos ideais. Por outro lado, utilizar-se-ão relações entre despesa alimentar/despesa total observadas para decil de despesa corrente específica - o mais baixo para o qual não ocorre déficit calórico - a fim de estimar custo dos itens não-alimentares.⁶

A principal restrição que se pode fazer a esta forma de obter a estrutura de consumo das populações da baixa renda é a defasagem temporal entre a realização da pesquisa domiciliar em 1974/75 e o período estudado, que se estende de 1981 a 1986. A esse respeito o contra-argumento é a não-existência de pesquisa de consumo realizada desde então com características de abrangência e detalha

⁴Thomas (1980 e 1982), Vetter e Hicks (1983), Fava (1984).

⁵Tem-se em mente a adoção de salário mínimo e piso salarial nacionais, assim como as prestações sociais baseadas nestes valores.

⁶Para descrição da metodologia adotada por Fava, ver Sonia Rocha, Estabelecimento e Comparação de Linhas de Pobreza para o Brasil, Rio de Janeiro: INPES/IPEA, Textos para Discussão Interna, nº 153, setembro de 1988.

mento que impliquem vantagens de sua aplicação em substituição ao ENDEF. Há consenso de que a pesquisa realizada em 1974/75 é incomparavelmente mais rigorosa conceitualmente, e mais diferenciada por local e por classe de despesa do que qualquer outra pesquisa de consumo realizada no país.

É justamente o seu detalhamento e a possibilidade de tratar uma população-alvo estreitamente definida, que compensa a defasagem temporal. Pode-se argumentar, em relação à cesta alimentar adotada pelos mais pobres entre 1974/1975 e a primeira metade da década de 80, que o espaço para substituições de produtos e alterações das proporções consumidas foi limitado a poucos casos: aumento do consumo de pão e macarrão em detrimento dos de arroz e feijão, em função da vantagem de preço decorrente do subsídio ao trigo; aumento do consumo de frango em substituição às carnes bovina e suína, ligado à expansão da criação de aves e à alteração dos preços relativos entre esses produtos; contínuo avanço do óleo de soja em substituição a outros óleos vegetais e à gordura de porco; e, finalmente, uma redução drástica do consumo de café.

Nos três primeiros casos, a adoção das estruturas de consumo do ENDEF devem implicar alguma superestimação do custo calculado para a cesta nos anos 80.⁷

No caso do café, os preços bem mais elevados na década de 80 não terão qualquer efeito sobre o custo da cesta, já que o produto não era componente da dieta definida por Fava, devido ao seu reduzido aporte calórico.

A constância do coeficiente de Engel, que aplicado ao custo da cesta alimentar conduz à estimativa do valor da linha de pobre-

⁷No caso da substituição pelo óleo de soja, quanto menor o grau de urbanização, maior relativamente o impacto da substituição, já que intensidade do consumo e proporção não-comparada do produto (obtida por auto-produção, doação, etc.) eram, em 1974, tanto mais elevadas quanto maior a "ruralidade" da família. Cabe notar, ainda, que a banha de porco foi incluída nas cestas de apenas cinco das nove regiões metropolitanas.

za, é um pressuposto mais frágil. Na verdade ele implica não só uma razoável estabilidade de preços relativos de conjuntos muito diferentes de bens e serviços, como uma permanência da estrutura de consumo face a um quadro de vida em rápida mutação nas metrópoles. A esse respeito, é possível conceber que a alimentação tenda a ter sua participação na despesa global reduzida devido à restrição orçamentária aliada à essencialidade dos gastos de transporte e habitação nas regiões metropolitanas.

As evidências empíricas são de que uma tendência neste sentido deve de fato ter ocorrido entre os anos de 1982 e 1985, quando se considera o item transporte, pois seu preço evoluiu bem mais fortemente do que o dos produtos alimentares. Por outro lado, a evolução do preço da habitação, contida pelos controles do governo, foi sensivelmente mais moderada do que o de qualquer outra classe de despesa no período 1980/86, o que teria contribuído para mais do que neutralizar o efeito potencial do transporte, não levando, pois, a uma alteração evidente da estrutura de consumo em detrimento do item alimentação. Nesse sentido, pode-se argumentar que a evolução dos preços por grupos de produtos contribuiu para amortecer uma tendência normal de alteração do coeficiente de Engel, minimizando o viés de utilizar-se, ainda na década de 80, aquele verificado por ocasião do ENDEF.⁸ A Tabela 1 mostra a evolução de preços dos principais grupos de produtos no período 1981/86.

⁸ Cabe observar que as ponderações utilizadas pelo Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor (IBGE) são aqueles derivados do ENDEF, em que Alimentação, Habitação, Transporte e Telecomunicações têm os maiores pesos para o conjunto das regiões metropolitanas, respectivamente 41,7, 15,0 e 11,3%.

TABELA 1
 ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR RESTRITO
 PARA ALGUNS GRUPOS DE PRODUTOS

(Base: setembro de 1980 = 100)

	Alimentação	Habitação	Transporte
1981	142,81	130,86	143,72
1982	262,65	242,70	323,17
1983	528,86	476,38	678,94
1984	1 674,17	1 282,56	1 738,15
1985	5 344,37	3 853,72	5 592,76
1986	20 326,78	11 545,11	19 212,86

FONTE: IBGE, SNIPC.

Para estimação do custo das cestas alimentares segundo as regiões metropolitanas para os anos de 1981, 1983, 1985 e 1986, serão utilizados os preços médios anuais por produto e por região metropolitana obtidos a partir dos preços médios mensais construídos pelo IBGE para elaboração dos índices de preços ao consumidor.⁹

O recurso a preços médios anuais visa neutralizar os efeitos de sazonalidade que afetam com intensidade diversa o preço dos diferentes produtos nas nove regiões metropolitanas. Devido à importância da sazonalidade sobre o preço dos produtos alimentares não se pode adotar para cálculo da cesta básica médias vigentes no período de referência para coleta de dados da PNAD, o que daria conta de forma mais adequada do efeito inflacionário, especialmente relevante quando se trata de utilizar a linha de pobreza em contraponto aos dados de renda da pesquisa anual para a delimitação da subpopulação pobre.¹⁰

⁹Os dados necessários foram gentilmente cedidos pelo DESIP/IBGE, tendo sido realizadas posteriormente as transformações necessárias para obter preços por quilograma. Quando, para um mesmo produto, existe mais de um tipo (ex.: feijão, banana) adotou-se aquele de maior participação no consumo de cada região metropolitana, segundo indicação do próprio DESIP.

¹⁰Este ponto será retomado mais adiante.

2.1 - Resultados Empíricos

A seguir são fornecidos os resultados obtidos em termos de custos das cestas alimentares básicas e das linhas de pobreza.

Na Tabela 2 são apresentados os custos das cestas alimentares segundo a região metropolitana com base em composição e preços específicos, isto é:

$$C_m^t = Q_{im}^t \times \bar{P}_{it}^t$$

onde Q_{im}^t , é a quantidade per capita mensal consumida dos produtos i da cesta de consumo alimentar da região metropolitana m ($Q_{im}^t = 0$, quando o bem i não participa da cesta da região m).

\bar{P}_{im}^t , é o preço médio dos produtos i na região metropolitana m no ano t.

TABELA 2
CUSTO MENSAL PER CAPITA DAS CESTAS ALIMENTARES BÁSICAS
POR REGIÃO METROPOLITANA, SEGUNDO ANOS SELECIONADOS*

Regiões Metropolitanas	1981	1983	1985	1986
Rio de Janeiro	1,98	9,92	100,20	200,40
São Paulo	2,06	10,65	94,48	220,80
Curitiba	1,53	8,23	75,63	164,40
Porto Alegre	2,07	10,30	98,42	212,40
Belo Horizonte	1,67	8,29	79,22	174,90
Fortaleza	1,98	7,98	68,31	153,60
Recife	2,26	9,55	91,41	191,40
Salvador	2,31	9,86	93,16	227,70
Belém	2,31	11,48	104,77	282,00
Média	2,02	9,59	89,51	203,07
Desvio-Padrão	0,26	1,13	11,62	36,69

* Mil cruzeiros em 1981, 1983, 1985. Cruzados em 1986.

Na medida em que os custos se baseiam em cestas diferenciadas, a posição relativa das regiões metropolitanas tende a variar, já que alterações nos preços de itens alimentares específicos as atingem diferentemente. Assim, por exemplo, o custo da cesta de Porto Alegre é muito sensível a oscilações do preço da carne bovina, cuja quantidade diária recomendada se aproxima de 100g., enquanto Fortaleza é relativamente menos afetada pelo preço do produto, mas muito sensível ao do feijão.

Apesar da variabilidade das posições relativas, existem algumas exceções notáveis. Fortaleza e Curitiba se destacam por custos relativos baixos, embora por motivos bem diferentes. Fortaleza apresenta uma cesta pouco diversificada, apenas 14 produtos, com elevada concentração de custo (em média 56%) nos três produtos principais. Sua composição é tradicional, atrelada ao padrão alimentar rural do Nordeste e baseando-se fortemente na disponibilidade local de produtos de baixo preço: feijão e farinha de mandioca. Reflete, ademais, o maior grau de pobreza associado ao segundo decil da distribuição de despesas, quando comparado, por exemplo, ao mesmo intervalo de despesa relativo a Curitiba. Os custos baixos da cesta alimentar de Curitiba ocorrem para uma dieta mais diversificada (18 produtos), que inclui a batata inglesa e a farinha de trigo, traduzindo padrão de consumo tipicamente urbano com forte influência da imigração européia. A proximidade de áreas produtoras e, provavelmente, uma melhor organização do mercado de produtos alimentícios, concorrem para a posição vantajosa de Curitiba em termos de custo quando comparada às demais regiões metropolitanas.

Belém, ao contrário, se destaca por apresentar custo da cesta alimentar - pouco diversificada como a de Fortaleza, composta por 13 produtos - sistematicamente elevado, devido à sua característica de "importadora" agravada pela distância que a separa das áreas produtoras. Vale notar que os preços em Belém foram muito afetados pela crise de abastecimento ocorrida em 1986, o que evidencia dificuldades do sistema de abastecimento, contribuindo para afastá-la ainda mais naquele ano da média de custo verificada para as demais regiões metropolitanas.

Finalmente, pode-se observar que, com exceção de 1986, devido ao custo de Belém, a dispersão dos valores das cestas se mantém mais ou menos constante ao longo dos anos, apesar da alteração das posições relativas entre elas em cada período.

Com exceção dos casos limites, para as demais regiões metropolitanas não se observa um padrão ou uma tendência a partir dos valores para os quatro anos, o que também ocorre para as linhas de pobreza (Tabela III), calculadas a partir do custo alimentar e dos coeficientes de Engel.¹¹

Curitiba e Fortaleza mantêm-se como as regiões de custo de vida mais baixo, apresentando os menores valores associados à linha de pobreza. São Paulo se revela como a região metropolitana onde o custo de vida para os pobres é mais elevado, devido essencialmente às despesas não-alimentares (coeficiente de Engel baixo). Em função do elevado custo da cesta alimentar, Belém se aproxima muito de São Paulo em termos do valor da linha de pobreza, apesar do coeficiente de Engel de 0,45 ser elevado, como é típico em áreas pobres.

Para melhor percepção da evolução dos valores ao longo do tempo, as linhas de pobreza são expressas em termos de salários mínimos médios anuais nas Tabelas 4 e 5.

Como os salários mínimos não refletem os custos de vida específicos, em particular, o custo relativo dos itens relevantes para a linha de pobreza, a sua utilização como valor de referência põe em evidência um tipo de discriminação institucional entre regiões, enquanto perduraram salários mínimos regionais. Assim, Curitiba apre

¹¹Os coeficientes de Engel obtidos por Fava (1974) a partir do ENDEF foram as seguintes: 0,45 - Belém; 0,41 - Fortaleza; 0,46 - Recife; 0,45 - Salvador; 0,39 - Belo Horizonte; 0,42 - Rio de Janeiro; 0,37 - São Paulo; 0,44 - Curitiba; 0,43 - Porto Alegre. Como o coeficiente de Engel (e) é a relação entre despesa alimentar (A) e despesa total (T), esta última, significando aqui a linha de pobreza, pode ser calculada como $T = A/e$.

senda uma relação confortável entre linha de pobreza e salário mínimo, pois combina um valor baixa para linha de pobreza ao salário mais elevado para o Centro-Sul antes da unificação do salário mínimo. Fortaleza, no entanto, tem sua vantagem de custo reduzida pelo salário mínimo regional mais baixo. Como indicam os valores da linha de pobreza (Tabela 3), não existe evidência empírica que dê suporte a salários mínimos diferenciados entre Norte e Nordeste versus Centro-Sul, já que os valores das linhas de pobreza não se coadunam com disparidades de localização regional.

Também parece não haver correlação entre valor da linha de pobreza e tamanho urbano. Enquanto São Paulo apresenta valores elevados compatíveis com custos crescentes da urbanização, valores semelhantes para Belém decorrem, obviamente, de outras causas. Rio de Janeiro tem posição relativa extremamente variável de ano para ano, apresentando valor dos mais baixos para a linha de pobreza em 1981, mas o segundo mais alto em 1985.

É exatamente a complexidade das determinantes afetando o custo de vida de forma desigual, segundo as regiões metropolitanas, que justifica a adoção da linha de pobreza a partir de estruturas de despesas e preços específicos. É possível que os efeitos diferenciados sobre a linha de pobreza tenham sido ampliados devido às características muito diversas dos anos analisados. De qualquer forma, fica evidente que os diferenciais de custo de vida entre regiões metropolitanas permanecem significativos, o que inviabiliza a utilização de parâmetro único, como o salário mínimo, para estudos sobre incidência da pobreza. É, ainda, patente que as variações do valor da linha de pobreza de um ano para outro em cada região apresentam determinantes próprios, não se verificando uma tendência que possa ser generalizada.

Os valores obtidos deverão servir de parâmetro para definir a incidência de pobreza a partir de dados anuais das pesquisas domiciliares, seja em termos de números de indivíduos com renda inferior à linha de pobreza, seja através de indicadores complementares de insuficiência de renda e de desigualdade de renda dos mais pobres. As linhas de pobreza servirão, outrossim, para delimitar

TABELA 3
 LINHAS DE POBREZA, POR REGIÃO METROPOLITANA,
 SEGUNDO ANOS SELECIONADOS¹

Regiões Metropolitanas	1981	1983	1985	1986
Rio de Janeiro	4,71	23,62	238,58	477,14
São Paulo	5,53	28,78	255,36	596,75
Curitiba	3,49	18,72	171,88	373,63
Porto Alegre	4,82	23,95	228,89	493,95
Belo Horizonte	4,28	21,26	203,13	448,46
Fortaleza	4,83	19,46	166,62	374,63
Recife	4,92	20,77	198,71	416,09
Salvador	5,15	21,92	207,03	506,00
Belém	5,14	25,52	232,83	626,66
Média	4,76	23,16	211,45	479,25
Desvio-Padrão	0,55	2,98	28,38	84,00

¹Valores correntes mensais per capita.

Mil cruzeiros em 1981, 1983, 1985. Cruzados em 1986.

Custo alimentar e dos coeficientes de Engel, tais que

$$LP_m^t = C_m^t / E_m$$

onde LP_m^t são as linhas de pobreza segundo as regiões metropolitanas m nos anos de análise t .

C_m^t são os custos alimentares.

E_m são os coeficientes de Engel para as regiões metropolitanas.

TABELA 4
LINHAS DE POBREZA POR REGIÃO METROPOLITANA, SEGUNDO ANOS SELECIONADOS,
EXPRESSAS EM TERMOS DE SALÁRIOS MÍNIMOS MÉDIOS EM CADA ANO *

Regiões Metropolitanas	1981	1983	1985	1986
Belém	0,75	0,83	0,72	0,81
Fortaleza	0,75	0,64	0,52	0,49
Recife	0,72	0,68	0,62	0,54
Salvador	0,75	0,72	0,64	0,66
Belo Horizonte	0,52	0,61	0,63	0,58
Rio de Janeiro	0,58	0,68	0,74	0,62
São Paulo	0,68	0,83	0,79	0,77
Curitiba	0,43	0,54	0,53	0,48
Porto Alegre	0,59	0,69	0,71	0,64

* Salários mínimos regionais em 1981 e 1983. Salário mínimo nacional em 1985 e 1986.

TABELA 5
LINHAS DE POBREZA POR REGIÃO METROPOLITANA, SEGUNDO ANOS SELECIONADOS,
EXPRESSAS EM TERMOS DO MAIOR SALÁRIO MÍNIMO MÉDIO ANUAL VIGENTE NO PAÍS.

Regiões Metropolitanas	1981	1983	1985	1986
Belém	0,63	0,73	0,72	0,81
Fortaleza	0,59	0,56	0,52	0,49
Recife	0,60	0,60	0,62	0,54
Salvador	0,63	0,63	0,64	0,66
Belo Horizonte	0,52	0,61	0,63	0,58
Rio de Janeiro	0,58	0,68	0,74	0,62
São Paulo	0,68	0,83	0,79	0,77
Curitiba	0,43	0,54	0,53	0,48
Porto Alegre	0,59	0,69	0,71	0,64

uma subpopulação com o objetivo de uma caracterização dos mais pobres e entendimento de modificações significativas ocorridas nos últimos anos nas regiões metropolitanas.

III. INCIDÊNCIA DA POBREZA NAS REGIÕES METROPOLITANAS NA PRIMEIRA METADE DA DÉCADA DE 80¹²

3.1 - Conceituação

A referência ao termo pobreza exige algumas qualificações. Reconhecidamente pobreza é um termo genérico e, a priori, impreciso, que se refere a carências diversas como subconsumo, desnutrição, condições precárias de habitação, baixos níveis educacionais, subemprego e insuficiente integração na sociedade global, o que impede ou dificulta a obtenção de benefícios dos mecanismos sociais, econômicos, jurídicos e políticos do Estado nas suas diferentes esferas.

Na medida em que em sociedades modernas, particularmente nas áreas mais urbanizadas, pobreza está estreitamente vinculada à renda, utilizar-se-á a variável renda como critério privilegiado para distinguir um subconjunto de população pobre. Neste sentido, cabem as habituais restrições ao uso da variável devido aos problemas de subdeclaração, dificuldades conceituais vinculadas ao antagonismo entre renda temporária versus renda permanente, e as questões ligadas aos diferenciais entre rendimento bruto e rendimento líquido.¹³

¹²Agradecimentos a Renata Patricia Lima Jeronymo pelo competente trabalho de programação, e a Renato Villela, interlocutor interessado e crítico, por suas muitas e valiosas sugestões.

¹³Esses tópicos são sempre lembrados quando se trata da variável renda, em particular distribuição de renda. As questões de precisão da informação obtida são melhor resolvidas nas PNAD's do que nos censos, em função da própria escala da operação de coleta e da qualificação mais apurada dos agentes naquelas primeiras. Deste modo, utilizar-se-á o melhor dado disponível. Quanto às implicações distributivas de utilizar rendimento bruto ou líquido, ver Lango ni (1973).

Esta abordagem via linha de pobreza é uma alternativa a considerar as carências dos diversos tipos para a população como um todo, resultando em estabelecer índices globais de qualidade de vida para unidades espaciais definidas.¹⁴ Embora se reconheça que as diversas carências não ocorrem simultaneamente - havendo especificamente evidências empíricas de que condições inadequadas de alimentação e habitação podem se verificar em famílias de renda elevada - a delimitação inicial de uma subpopulação a partir da renda parece ser a opção mais operacional para fins de política social. O que se deseja é fornecer subsídios sobre a ocorrência de situações de carência mais críticas, que devem ter atendimento prioritário dadas as restrições de recursos para atuação do governo, seja diretamente, através dos programas sociais, seja indiretamente, via política econômica. Na verdade, o que se pretende fazer é limitar a caracterização subsequente de diversos tipos de carências apenas à subpopulação que se situe abaixo de uma determinada linha de pobreza, especificada monetariamente pela variável renda.

A identificação de maior ou menor incidência de pobreza segundo regiões metropolitanas será feito utilizando as variáveis rendimento da PNAD para construir a renda familiar per capita, de modo que se tenha, para cada ano, o número de pessoas que se situam abaixo da linha de pobreza já definida no capítulo anterior. No que concerne aos aspectos conceituais relativos à utilização da PNAD para esse fim, cabe destacar:

- a) a variável rendimento - A PNAD investiga rendimento do trabalho e outros rendimentos (aposentadoria, pensão, aluguel, etc.) para pessoas de 10 anos e mais. O rendimento do trabalho inclui remuneração em produtos ou mercadorias, exceto para empregados domésticos, mas exclui imputação da produção para autoconsumo e do valor da moradia, além de outros consumos não vinculados à despesa monetária. Desse modo, a adoção

¹⁴Uma abordagem deste tipo, utilizando análise fatorial, foi adotada por Cervini (1986) e em estudo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (1985).

deste conceito de renda para a linha de pobreza tende a superestimar o número de pobres, já que quanto mais baixa a renda maior a proporção do consumo que se dá independentemente da despesa monetária.¹⁵ Pode-se argumentar que a proporção da despesa não-monetária tende a se reduzir com o grau de urbanização e modernização do sistema produtivo, de modo que a superestimação da pobreza para as regiões metropolitanas nos anos 80 será menor do que a sugerida pelos dados do ENDEF.¹⁶ O conceito adotado foi, no entanto, o mais abrangente possível a partir da PNAD: qualquer tipo de rendimento de todas as pessoas da família.

- b) a unidade familiar - Como o atendimento das necessidades de consumo não se relaciona ao rendimento percebido pelo indivíduo, é adequado considerar a família como unidade solidária de consumo e de rendimento. Optou-se por utilizar um conceito de família extensa, que inclui agregados além do núcleo ligado por laços de parentesco, o que corresponde melhor à realidade social das famílias de baixa renda.
- c) o rendimento familiar per capita - É resultado da divisão do somatório de rendimentos de qualquer tipo obtidos por todos os componentes da família, agregados inclusive, pelo número total de componentes. Por considerar de forma idêntica todos os componentes das famílias independentemente das diferenças de necessidades específicas em função de idade, condição de atividade e outros fatores, a variável leva implícito algum grau de imprecisão ao confrontar os rendimentos per capita calculados ao valor da linha de pobreza. Trata-se, no entan-

¹⁵ Por essa razão, os dados de distribuição da população por classe de despesa do ENDEF são incompatíveis com os dados de rendimento dos censos e PNAD's. A esse respeito ver o Capítulo 2.1.

¹⁶ Para todas as famílias, as despesas não-monetárias representavam 19,1% da despesa global na Região Metropolitana de Salvador e 14,9% na de São Paulo (Fonte: ENDEF).

to, de um detalhamento compatível com o de considerar o valor de uma cesta básica média per capita.

A distribuição do rendimento familiar per capita obtido para cada ano é a variável que serve para confronto com as linhas de pobreza específicas por anos e segundo as regiões metropolitanas.

3.2 - Resultados Obtidos

A maneira mais usual de considerar a pobreza enquanto insuficiência de renda é utilizar o confronto entre renda e linha de pobreza para estabelecer a participação dos pobres na população total, o que aqui será expresso pela proporção dos indivíduos cujo rendimento familiar per capita se situa abaixo da linha de pobreza específica em relação à população total da região metropolitana. Vale lembrar que a população total considerada é menor do que o total da população residente, já que a PNAD adota o procedimento de excluir do subuniverso relativo à renda familiar as famílias nas quais algum componente tenha como registro "sem declaração de renda".

Os resultados obtidos, apresentados na Tabela 6-a,¹⁷ suscitam alguns comentários de caráter geral. As proporções de pobres no ano inicial do período estudado, já são extremamente elevadas nas metrópoles do Norte e Nordeste, reduzindo-se gradativamente na medida em que se avança para o Sul. A enorme amplitude entre as proporções de Recife e Curitiba - a proporção de pobres é mais de três vezes superior em Recife do que em Curitiba - é mais uma evidência das disparidades regionais no Brasil.

A comparação dos vetores de 1981 e 1983 indicam um agravamento da incidência da pobreza entendida como proporção de pobres

¹⁷Indicações quanto à sensibilidade das proporções de pobres obtidas quando se altera o valor das linhas de pobreza em 10% em ambos os sentidos são apresentadas no Anexo I.



na população total, o que é coerente com o atingimento do auge da crise recessiva. Os dados da PNAD de 1981 devem, no entanto, ser considerados com cautela em comparação com os dos outros anos analisados, devido ao fato de o período de referência para informações sobre rendimento se situar, naquele ano, após o reajuste do salário mínimo em 1º de novembro.¹⁸ Na verdade, é discutível o grau de "aderência" das rendas, particularmente o das baixas rendas, ao ajuste do salário mínimo. É irrefutável, no entanto, que o uso do dado de 1981 em comparação ao dos outros anos implica alguma superestimação de renda e, por conseguinte, subestimação da proporção de pobres.

Deste modo, a compreensão da evolução ocorrida entre 1981 e 1983 fica prejudicada. Para balizar os limites possíveis da incidência de pobreza enquanto proporção de pobres, estabeleceu-se, alternativamente, uma deflação de 43% das rendas obtidas pela PNAD em novembro, o que corresponde ao ajuste do salário mínimo em 1/11/81.¹⁹ Na Tabela 7-a são apresentadas as proporções de pobres que resultam das rendas declaradas em novembro, sem qualquer ajuste, além das proporções que ocorreriam caso houvesse aderência perfeita ao salário mínimo, isto é, se os rendimentos tivessem sido ajustados na mesma ocasião e no mesmo percentual que o salário mínimo.

Dado que as proporções da coluna (1) resultam dos rendimentos observados, a magnitude do desvio relativo reflete, por um lado, as diferenças do grau de aderência das rendas ao reajuste do salário mínimo.

As evidências empíricas apresentadas no Anexo I mostram que existem mais indivíduos no entorno da linha de pobreza no Centro

¹⁸ Os dados de rendimento de 1981 referem-se a semana de 8 a 14 de novembro, enquanto nos anos de 1983, 1985 e 1986 os períodos foram de respectivamente 25/9 a 1º/10, 22 a 28/9 e 28/9 a 4/10.

¹⁹ A variação do INPC restrito de maio a novembro de 1981 foi de 39%, mas a política salarial em vigor previa ajustes do salário mínimo 10% acima do INPC.

TABELA 6-a
NÚMERO DE POBRES EM RELAÇÃO À POPULAÇÃO TOTAL, SEGUNDO AS
REGIÕES METROPOLITANAS, PARA ANOS SELECIONADOS

Regiões Metropolitanas	1981	1983	1985	1986
Belém	50,9	57,6	43,8	45,9
Fortaleza	54,0	56,2	36,6	30,1
Recife	55,6	56,6	47,5	39,9
Salvador	43,1	43,8	39,5	37,5
Belo Horizonte	31,3	44,1	36,1	26,4
Rio de Janeiro	27,2	34,7	36,8	23,2
São Paulo	22,0	34,4	26,9	16,9
Curitiba	17,4	29,6	24,3	10,5
Porto Alegre	17,9	29,7	23,3	16,3

TABELA 6-b
VARIACÃO RELATIVA DA PROPORÇÃO DOS POBRES, SEGUNDO AS
REGIÕES METROPOLITANAS, PARA ANOS SELECIONADOS

Regiões Metropolitanas	1981/83	1983/85	1985/86
Belém	+ 13,16	- 23,96	+ 4,79
Fortaleza	+ 4,07	- 34,88	- 17,76
Recife	+ 1,79	- 16,08	- 16,00
Salvador	+ 1,62	- 9,98	- 5,06
Belo Horizonte	+ 40,89	- 18,15	- 26,87
Rio de Janeiro	+ 27,57	+ 6,05	- 36,95
São Paulo	+ 56,36	- 21,80	- 37,17
Curitiba	+ 70,11	- 17,90	- 56,79
Porto Alegre	+ 65,92	- 21,55	- 30,04

-Sul, e que este fenômeno é bem mais acentuado quando são considerados os dados de renda de 1981 sem correção. Nas regiões metropolitanas do Norte/Nordeste, ao contrário, além de a sensibilidade às variações da linha de pobreza ser menor, ela se altera pouco em função dos dados de renda serem ou não corrigidos, o que evidencia maior aderência dos rendimentos à variação do salário mínimo.

Neste sentido, pode-se considerar que a proporção de pobres em 1981 comparável à dos outros anos estaria relativamente mais próxima do dado sem ajuste no Centro-Sul, mas relativamente mais próxima ao valor deflacionado nas regiões metropolitanas do Norte e Nordeste.²⁰

Considerando a questão deste ângulo, fica evidente que o impacto da crise recessiva sobre a proporção dos pobres foi seguramente mais acentuado no Centro-Sul do que no Norte/Nordeste. Na realidade quando se considera a taxa de variação da proporção de pobres entre 1981 e 1983, com base em dados de 1981 sem ajuste (Tabela 6-b), a evidência de agravamento é tão fraca em Fortaleza, Recife e Salvador que é possível imputá-la à realização do levantamento tardio na PNAD em novembro. Em última análise, não é possível descartar que entre 1981 e 1983 tenha se verificado aumento da proporção dos pobres no Centro-Sul, mas diminuição nas três metrópoles nordestinas.

A esse respeito, podem ser feitas duas ordens de considerações. A primeira é que a ocorrência de uma crise econômica grave, como a verificada no início da década, implicando queda do produto real, acaba por ter um impacto mais forte nas regiões modernizadas, onde se localiza o motor do crescimento econômico. A crise

²⁰ Para contornar este problema de comparabilidade de rendimentos na PNAD entre diversos anos, R. Cichelli corrigiu as informações de 1981 utilizando dados da PNAD de 1982, que teve um período mais longo de coleta. Recorreu à relação entre salário-hora médio em setembro de 1982 e em novembro de 1982 para deflacionar os valores de novembro de 1981.

TABELA 7-a
BALIZAMENTOS DAS PROPORÇÕES DE POBRES PARA 1981,
SEGUNDO AS REGIÕES METROPOLITANAS

Regiões Metropolitanas	Sem Ajuste (1)	Deflacionado em 43% (2)	Desvio relativo (3)
Belém	50,9	65,0	+ 27,7
Fortaleza	54,0	67,8	+ 25,5
Recife	55,6	68,8	+ 23,7
Salvador	43,1	55,5	+ 28,8
Belo Horizonte	31,3	45,9	+ 46,6
Rio de Janeiro	27,2	41,4	+ 52,2
São Paulo	22,0	37,1	+ 68,6
Curitiba	17,4	30,0	+ 72,4
Porto Alegre	17,9	31,9	+ 78,2

TABELA 7-b
TAXA DE VARIAÇÃO DA PROPORÇÃO DE POBRES ENTRE 1981 E 1983,
CONFORME OS BALIZAMENTOS, SEGUNDO AS REGIÕES METROPOLITANAS

Regiões Metropolitanas	1983/81 Sem Ajuste	1983/81 Com Ajuste
Belém	13,16	- 11,38
Fortaleza	4,07	- 17,11
Recife	1,79	- 17,73
Salvador	1,62	- 21,08
Belo Horizonte	40,89	- 3,92
Rio de Janeiro	27,57	- 16,18
São Paulo	56,36	- 7,28
Curitiba	70,11	- 1,33
Porto Alegre	65,92	- 6,90

afetando o setor moderno, levaria as unidades produtivas a se reestruturarem em termos de composição da produção, mudança tecnológica e racionalização de custos de modo geral, o que causaria maior impacto sobre a renda da mão-de-obra menos qualificada. Nas regiões metropolitanas menos desenvolvidas o efeito do empobrecimento devido à crise macroeconômica é essencialmente reflexo, resultado da perda de dinamismo a nível nacional, além de amortecido pelas características de inserção da população no mercado de trabalho segundo ramos de atividades.

Uma segunda consideração é que, em 1981, o Nordeste estaria às voltas com uma crise de caráter regional - resultante da seca iniciada em 1979 - que teria levado a um significativo êxodo rural e ao inchaço das metrópoles de contingentes de população pobre. Deste modo, para as metrópoles nordestinas 1981 seria um ano de crise, não havendo evidência, a nível do PIB real, de agravamento das condições entre 1981 e 1983.²¹

A análise da evolução da proporção dos pobres para os anos subsequentes não é susceptível de incorporar vieses relativos aos dados da PNAD, já que os períodos de levantamento, embora não rigorosamente coincidentes, são, como já se viu, bastante próximos.

A retomada que se inicia em 1984, e se mantém em 1985, tem efeitos favoráveis em termos da redução da proporção de pobres entre 1983 e 1985, tendo como única exceção a Região Metropolitana do Rio de Janeiro.²²

²¹A respeito da conjuntura no Nordeste no período, ver J. Jatobá, "Desenvolvimento Regional, Crise e Mercado de Trabalho: O Caso Brasileiro com Especial Atenção para o Nordeste - 1981-1983", in Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, nº 4, out.-dez. 1985, vol. 16, p. 517-561.

²²O índice de produção da indústria de transformação do Estado do Rio de Janeiro se situava em 98,60 (base 1981=100) em agosto de 1985, quando a retomada do setor industrial já era evidente (Brasil - 116,89; Minas Gerais - 122,23). A nível da Região Metropolitana, houve impacto significativo da crise da indústria naval, cujo índice de produção já muito baixo no início do ano (57,91 em janeiro), se deteriorou ainda mais ao longo de 1985 (45,29 em dezembro). Fonte: IBGE.

Enquanto a redução da pobreza no Centro-Sul está diretamente ligada à retomada da atividade econômica liderada pelo setor secundário, a redução no Nordeste, particularmente em Fortaleza, está também vinculada ao efeito do final da grande seca que assolou a região entre 1979/84. Os dados da Tabela 8 mostram como a queda do produto agropecuário foi significativa em função da seca, em particular infinitamente mais drástica que o efeito recessivo derivado da crise de âmbito nacional. Há evidências de que o término da seca resultou num significativo fluxo migratório de retorno no sentido cidade-campo. Dados dos censos agropecuários revelam uma forte variação entre 1980 e 1985 do número de pessoas ocupadas no Nordeste em estabelecimentos agrícolas de menos de 10 ha de área total, além de um aumento concomitante do número desses pequenos estabelecimentos no período intercensitário.²³ Um fluxo migratório com estas características e desta importância

TABELA 8
ÍNDICE DO PIB REAL DO NORDESTE A CUSTO DE FATORES
POR SETOR - 1979/86 (Base: 1978=100)

Setores	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
Primário	100	99	93	106	80	111	116	133
Secundário	115	118	103	109	107	110	121	131
Terciário	109	119	128	142	148	158	171	194
Total	109	116	117	129	130	146	158	177

FONTE: SUDENE.

²³O pessoal ocupado em pequenos estabelecimentos passou de 4.381 mil em 1980 para 5.871 mil em 1985, um aumento líquido de 890 mil indivíduos. O número de pequenos estabelecimentos passou de 1.654 mil para 1.986 mil nos mesmos anos (como citado por Charles C. Mueller, "Censos Agropecuários", in Agroanalysis, vol. 11, nº 6, junho de 1987, p. 8-21).

tem, sem dúvida, impacto sobre a proporção de pobres, já que equivale a cerca de 36% dos indivíduos situados abaixo da linha de pobreza em Fortaleza e Recife em 1983. A Tabela 9 apresenta o número total de pobres nas regiões metropolitanas em 1983 e 1985, de modo que se possa avaliar o impacto potencial de um fluxo migratório desta ordem de magnitude sobre a redução da pobreza no Nordeste neste último ano.

TABELA 9

NÚMERO DE PESSOAS QUE SE SITUAM ABAIXO DA LINHA DE POBREZA E A VARIAÇÃO ABSOLUTA ENTRE 1983 E 1985, SEGUNDO AS REGIÕES METROPOLITANAS

Regiões Metropolitanas	1983(a)	1985(b)	(a-b)
Belém	527.738	472.602	55.136
Fortaleza	999.983	814.390	185.593
Recife	1.441.628	1.281.006	160.622
Salvador	874.790	832.797	41.993
Belo Horizonte	1.270.431	1.114.396	156.035
Rio de Janeiro	3.375.829	3.769.757	-393.928
São Paulo	4.882.324	4.131.289	751.035
Curitiba	492.401	434.715	57.686
Porto Alegre	738.166	608.826	129.340
Total	14.603.290	13.459.778	1.143.512

Como resultado combinado do fim da seca e do início da retomada, a proporção dos pobres em 1985 era menor do que em 1981 em todas as metrópoles do Nordeste. O mesmo ocorre em Belém, embora seja mais problemático associar este fato às condições climáticas e ao desempenho do setor agrícola no Nordeste.²⁴

²⁴Referências e estudos relativos a um movimento migratório de tal monta no Nordeste em função da seca está conspicuamente ausente da literatura de ciências sociais, e de demografia em particular.

Finalmente, entre 1985 e 1986 houve redução da proporção de pobres em todas as regiões metropolitanas, exceto na de Belém. Neste caso, o desabastecimento associado ao Plano Cruzado teve um efeito de elevação de preços marcadamente mais forte, que eliminou quaisquer vantagens que possam ter ocorrido em termos de melhorias do emprego e do nível de renda dos mais pobres. Nota-se, outrossim, que a redução da proporção dos pobres foi muito mais sensível no Centro-Sul do que nas metrópoles nordestinas. De fato, a localização dos centros dinâmicos e os fortes desequilíbrios do mercado de trabalho que se verificaram em função da euforia do Plano Cruzado no Centro-Sul resultaram em melhoria mais acentuada da renda dos mais pobres naquela região.²⁵

3.3 - Impacto da Inflação sobre as Medidas de Incidência

O confronto entre linha de pobreza e renda per capita que foi utilizada para estabelecer a subpopulação pobre, e da qual se derivou a proporção de pobres discutida acima, merece algumas qualificações em função da conjuntura inflacionária.

Como descrito na seção anterior, as linhas de pobreza foram construídas com base em preço médio anual a partir de preços médios mensais de cada produto alimentar com o objetivo de eliminar os efeitos conhecidos de sazonalidade nos preços deste tipo de produto. Na ausência de inflação, o preço médio calculado pode ser comparado à renda investigada em qualquer momento sem que tal procedimento implique viés nos indicadores resultantes.

Num contexto inflacionário, o mais adequado seria que a data de referência da PNAD para a coleta da informação se situasse no meio do período de 12 meses utilizado para o cálculo do preço mé-

²⁵O que não exclui que tenha ocorrido simultaneamente um agravamento da distribuição de renda considerando a população como um todo.

dio anual de cada produto. De qualquer modo, haveria distorções na comparação entre linha de pobreza e rendimentos advindas da variação das taxas de inflação ao longo do período.

Como nos anos analisados a inflação apresentou sempre tendência a se acelerar, a linha de pobreza reflete um custo de vida posterior ao do mês de junho.²⁶ Com o período de investigação da PNAD se situando entre setembro e novembro, na medida em que os agentes sejam capazes de ajustar sua renda ao ritmo de inflação, o procedimento levará a alguma subestimação da população pobre. Pode-se argumentar que esta subestimação é pequena devido à estreita defasagem entre as datas de referência das PNAD's e as localizações do índice médio, bem como pelo fato de que existe uma reconhecida inércia para reajustamento das rendas face à inflação, especialmente das mais baixas.²⁷

Finalmente, considerando os anos extremos do período, apesar de a análise de 1981 ficar prejudicada pela não-comparabilidade da data de levantamento dos rendimentos da PNAD, fica patente que houve redução da proporção de pobres. De fato, as proporções relativas a 1986 são inferiores às calculadas a partir dos dados de 1981 sem ajuste em todas as regiões metropolitanas.

Esse resultado indica que o Plano Cruzado permitiu uma redução do número de pobres enquanto proporção da população total em todas as regiões metropolitanas, o que se explica pela conjugação de dois fatores. Por um lado, pelo aumento geral de salários, uma

²⁶ Como subsídio, vale lembrar que o INPC médio restrito para alimentação se situa entre os índices de julho e agosto nos anos de 1981, 1983 e 1985, e entre setembro e outubro no ano de 1986. (FONTE: IBGE).

²⁷ Os indicadores conjunturais da indústria do IBGE mostravam um aumento de regularidade sazonal - em maio e dezembro - do percentual de trabalhadores que auferem rendimentos inferiores a um salário mínimo, de vez que uma parcela considerável dos trabalhadores não recebe, de imediato, os efeitos deste aumento.

das medidas básicas do plano. O salário mínimo foi ajustado a partir de 1º de março em 34%, passando de 600 mil cruzeiros para 804 cruzados. Simultaneamente o abono salarial de 18% permitiu aumentar a renda da classe média, melhorando as condições de barganha salarial para os trabalhadores menos qualificados no setor informal de prestação de serviços. Por outro lado, estes ganhos salariais foram significativos em termos reais, na medida em que houve uma queda drástica da inflação. O INPC restrito, com nova base em março de 1986, evoluiu até dezembro daquele ano em apenas 19% para o conjunto das regiões metropolitanas.

Dada a baixa taxa de inflação, a estimativa de proporção de pobres é mais precisa para o ano de 1986, já que quanto mais alta e mais fortemente ascendente a inflação, maior a subestimação da proporção de pobres,²⁸ o que implica alguma subestimação da pobreza nos outros anos, especialmente no de 1985. Isto significa, em última instância, que a incidência da pobreza enquanto proporção de pobres apresentou, na verdade, melhoria mais acentuada em 1986 em relação aos anos anteriores do que a que se reflete nas evidências empíricas obtidas.

²⁸Como já se viu anteriormente, isto se dá devido à defasagem entre os preços médios que servem de base à linha de pobreza e a data de referência dos rendimentos.

ANEXO 1
SENSIBILIDADE ÀS VARIACÕES DO VALOR DA LINHA DE POBREZA EM
10% PARA MAIS E PARA MENOS

RM'S	Proporção de Pobres (%)			Nº Índice (Ref. = 100)	
	Ref.	+10%	-10%	+10%	-10%
<u>1981 (sem ajuste)</u>					
Belém	50,9	54,5	44,9	107,07	88,21
Fortaleza	54,0	58,7	50,6	108,70	93,70
Recife	55,6	60,3	51,6	108,45	92,80
Salvador	43,1	45,9	38,2	106,49	88,63
Belo Horizonte	31,3	35,1	27,1	112,14	86,58
Rio de Janeiro	27,2	31,0	24,0	113,97	88,23
São Paulo	22,0	25,7	17,2	116,82	78,18
Curitiba	17,4	20,6	14,6	118,39	83,90
Porto Alegre	17,9	21,6	15,6	120,67	87,15
<u>1981 (com ajuste)</u>					
Belém	65,0	68,3	60,8	105,08	93,53
Fortaleza	67,8	71,0	64,7	104,72	95,43
Recife	68,8	72,1	65,5	104,80	95,20
Salvador	55,5	58,4	51,3	105,23	92,43
Belo Horizonte	45,9	49,6	41,3	108,06	89,98
Rio de Janeiro	41,4	45,2	37,0	109,18	89,37
São Paulo	37,1	41,3	32,2	111,32	86,79
Curitiba	30,0	34,4	26,9	114,67	89,67
Porto Alegre	31,9	36,3	27,4	113,79	85,89
<u>1983</u>					
Belém	57,6	60,8	53,2	105,55	92,36
Fortaleza	56,2	59,9	52,8	106,58	93,95
Recife	56,6	60,1	51,6	106,18	91,17
Salvador	43,8	47,2	39,8	107,76	90,87
Belo Horizonte	44,1	48,0	39,5	108,84	89,57
Rio de Janeiro	34,7	39,4	31,1	113,54	89,47
São Paulo	34,4	38,4	30,6	111,63	88,95
Curitiba	29,6	34,4	25,6	116,22	86,49
Porto Alegre	29,7	33,7	26,0	113,47	87,54
<u>1985</u>					
Belém	43,8	48,2	40,0	110,05	91,32
Fortaleza	36,6	47,5	37,9	129,78	103,55
Recife	47,5	51,7	43,5	108,84	91,58
Salvador	39,5	43,3	34,6	109,62	87,59
Belo Horizonte	36,1	39,7	31,9	109,97	88,37
Rio de Janeiro	36,8	40,1	33,6	108,97	91,30
São Paulo	26,9	30,4	23,4	113,01	86,99
Curitiba	24,3	28,1	20,8	115,64	85,60
Porto Alegre	23,3	27,3	20,0	117,17	86,96
<u>1986</u>					
Belém	45,9	49,9	41,4	108,71	90,20
Fortaleza	30,1	34,9	26,8	115,95	89,04
Recife	39,9	43,0	34,9	107,69	87,47
Salvador	37,5	40,9	34,2	109,07	91,27
Belo Horizonte	26,4	29,6	22,9	112,12	86,74
Rio de Janeiro	23,2	27,3	19,7	117,52	84,86
São Paulo	16,9	20,3	14,5	120,12	85,80
Curitiba	10,5	13,6	8,8	129,52	83,81
Porto Alegre	16,3	19,4	14,1	119,02	86,50

IV. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTIMIR, Oscar. La dimensión de la pobreza en America Latina. Santiago: (Cuadernos de la CEPAL, 27). CEPAL, 1979. 99 p.
- Annibal Villela Consultoria Econômica Ltda. Investimentos em infra-estrutura social: uma avaliação do impacto sobre o sistema urbano. Rio de Janeiro, 1983. mimeo.
- CERVINI, Ruben A. & BURGER, Freda. Ordenamento e desigualdades intra-regionais: o caso do Nordeste. In: DESIGUALDADES sociais no Nordeste. Brasília: IPEA/IPLAN/CNRH; UNICEF; SUDENE, 1985. p. 79-147 (Série instrumentos para a ação, 2).
- Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano. Evolução da rede urbana no Brasil, período 1970-1980: Brasília, out. 1985.
- FAVA, Vera Lucia. Urbanização, custo de vida e pobreza no Brasil. São Paulo, IPE/USP, 1984. 203 p. (Ensaio econômico, 37).
- FISHLOW, Albert. Brazilian size distribution of income. American Economic Review, 62 (2): 391-408, May 1972. Paper and proceedings of the Eighty-fourth Annual Meeting of the AEA, New Orleans, Louisiana, Dec.27-29, 1971.
- HOFFMANN, Rodolfo, Pobreza no Brasil. Piracicaba: ESALQ, 1984. 97 p. (Série pesquisa, 43).
- JATOBÁ, Jorge. Desenvolvimento regional, crise e mercado de trabalho: O caso brasileiro com especial atenção para o Nordeste - 1981-1983. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, 16 (4): 517-61, out./dez. 1985.
- KNIGHT, Peter T.; Moran, R.; Lluch, C.; Mahar, D. Brazil: human resources special report. Washington, D.C.: The World Bank, 1979.
- LODDER, Celsius, Distribuição de renda nas áreas metropolitanas. Rio de Janeiro: INPES/IPEA, 1976. 104 p. (Relatório de pesquisa, 31).

- MUELLER, Charles C. Censos agropecuários. Agroanalysis, 11 (6): 8-21, jun. 1987.
- PASTORE, José; ZYLBERSTAJN, Hélio; PAGOTTO, Carmen Silvia P. Mudança social e pobreza no Brasil: 1970-1980. (O que ocorreu com a família brasileira?) São Paulo: FIPE/PIONEIRA, 1983. 152 p. (Estudos econômicos FIPE/PIONEIRA).
- PFEFFERMAN, G. Income distribution and poverty in Brazil. Washington, D.C.: World Bank, Aug. 1978. Draft report.
- _____ & WEBB, Richard. Pobreza e distribuição de renda no Brasil. Revista Brasileira de Economia. Rio de Janeiro, 37(2): 147-75, abr./jun. 1983.
- ROWNTREE, B.S. Poverty: a study of town life. London: Macmillan, 1901.
- THOMAS, Vinod. Differences in income, nutrition and poverty within Brazil. Washington, D.C.: World Bank, 1982. (Staff working paper, 505).
- VETTER, D. & HICKS, J. Identifying the urban poor in Brazil. Washington, D.C.: World Bank, 1983. (Staff working paper, 565).

O INPES edita ainda as seguintes publicações: Pesquisa e Planejamento Econômico; Literatura Econômica; Coleção Relatórios de Pesquisa; Série Monográfica; Série PNPE; Série Estudos de Política Industrial e Comércio Exterior (EPICO); Relatório Interno; Informes Conjunturais; Boletim Conjuntural; Série Estudos sobre Economia do Setor Público (ESEP); Série Fac-Símile; Informe Técnico INPES e Carta de Conjuntura.

TEXTOS PARA DISCUSSÃO INTERNA

EDITADOS A PARTIR DE 1988

- Nº 130 - "A Sensibilidade das Medidas de Desigualdade à Padronização da Jornada de Trabalho", Ricardo Paes de Barros, Janeiro 1988, 28 p.
- Nº 131 - "Influência das Paridades Cambiais sobre a Dívida Externa: O Caso Brasileiro - 1983/86", Fabio Giambiagi, Janeiro 1988, 23 p.
- Nº 132 - "O (Des) controle do Endividamento de Estados e Municípios - Análise Crítica das Normas Vigentes e Propostas de Reforma", Fernando Rezende e José R. Afonso, Janeiro 1988, 75 p.
- Nº 133 - "O Efeito-Tanzi" e o Imposto de Renda da Pessoa Física: Um Caso de Indexação Imperfeita", Fabio Giambiagi, Março 1988, 17 p.
- Nº 134 - "Estimação e Resultados do MOPSE - Modelo para Projeções do Setor Externo", Sandra M. Polónia Rios, Regis Bonelli, Eustáquio J. Reis, Março 1988, 86 p.
- Nº 135 - "Investimento em Capital Fixo na Economia Brasileira: Estimativas Trimestrais para o Período 1975/87", Armando Castelar Pinheiro e Virene Matesco, Março 1988, 23 p.
- Nº 136 - "Os Investimentos Governamentais na Infra-Estrutura Social: O Caso do FINSOCIAL", Bernhard Beiner, Abril 1988, 27 p.
- Nº 137 - "Testes de Exogeneidade da Moeda para a Economia Brasileira", Pedro L. Valls Pereira e João Luiz Mascolo, Maio 1988, 22 p.
- Nº 138 - "A Receita Fiscal no Brasil: 1982/87 - Análise do Compor

tamento da Arrecadação Global e da sua Composição", Fabio Giambiagi, Maio 1988, 18 p.

- Nº 139 - "O Brasil e a Atual Rodada de Negociações do GATT", José Tavares de Araujo Jr, Maio 1988, 21 p.
- Nº 140 - "Produtividade e vantagens comparativas dinâmicas na indústria brasileira: 1970/83", Helson C. Braga e Ernani Hickmann, Junho 1988, 23 p.
- Nº 141 - "Dívidas e Déficits: Projeções para o Médio Prazo", E.J. Reis, R. Bonelli e S.M. Polônia Rios, Junho 1988, 45 p.
- Nº 142 - "Importação de Tecnologia e Esforço Tecnológico da Indústria Brasileira: Uma Análise de seus Fatores Determinantes", Helson C. Braga e Larry N. Willmore, Junho 1988, 32 p.
- Nº 143 - "Estimativas de Preços Econômicos no Brasil", Ronaldo Serôa da Motta, Junho 1988, 18 p.
- Nº 144 - "Migrações Interestaduais no Brasil, 1950/80", Manoel Augusto Costa, Junho 1988, 55 p.
- Nº 145 - "Distribuição de Renda: Evolução no Último Quarto de Século", Regis Bonelli e Guilherme Sedlacek, Junho 1988, 23 p.
- Nº 146 - "Cenários Demográficos Regionais até 2005", Manoel Augusto Costa, Junho 1988, 38 p.
- Nº 147 - "Demanda Derivada de Energia no Transporte de Passageiro", Newton de Castro, Julho 1988, 41 p.
- Nº 148 - "Mobilidade entre Classes de Renda no Brasil", Manoel Augusto Costa, Julho 1988, 50 p.
- Nº 149 - "Uma Análise Comparativa de Alguns Resultados do Suplemento Previdência da PNAD-83 e Dados da DATAPREV", Kaizô

Iwakami Beltrão e Francisco Eduardo Barreto de Oliveira,
Julho 1988, 36 p.

- Nº 150 - "Os Conceitos de Custo da Dívida Mobiliária Federal e Déficit Operacional do Setor Público: Uma Crítica", Fabio Giambiagi, Julho 1988, 18 p.
- Nº 151 - "Linkages and Economic Development: the Case of Brazil Reconsidered", Benedict J. Clements e José W. Rossi, Agosto 1988, 22 p.
- Nº 152 - "On the Empirical Content of the Formal-Informal Labor Market Segmentation Hypothesis", Ricardo Paes de Barros, Agosto 1988, 50 p.
- Nº 153 - "Estabelecimento e Comparação de Linhas de Pobreza para o Brasil", Sonia Rocha, Setembro 1988, 41 p.
- Nº 154 - "Trend, Seasonality and Seasonal Adjustment", A.C. Harvey e Pedro L. Valls Pereira, Setembro 1988, 50 p.
- Nº 155 - "Decomposição dos Efeitos de Intensidade Energética no Setor Industrial Brasileiro", Ronaldo Serôa da Motta e João Lizardo de Araújo, Outubro 1988, 22 p.
- Nº 156 - "As Desigualdades Inter-Regionais de Desenvolvimento Econômico no Brasil", Thompson Almeida Andrade, Outubro 1988, 29 p.
- Nº 157 - "Produtividade Total dos Fatores de Produção na Indústria Brasileira: Mensuração e Decomposição de sua Taxa de Crescimento", Helson C. Braga e José W. Rossi, Novembro 1988, 36 p.
- Nº 158 - "Notas Sobre a Relação entre a Inflação, o 13º Salário e o Déficit Público", Fabio Giambiagi, Dezembro 1988, 14 p.
- Nº 159 - "Alta Inflação e Fronteira de Estabilidade: Um Modelo para a Análise de Trajetórias Explosivas da Inflação", Fa

bio Giambiagi, Dezembro 1988, 32 p.

- Nº 160 - "Indexação e Reajuste Salarial: Uma Alternativa Para Lidar com o Problema da Defasagem", Fabio Giambiagi, Dezembro 1988, 17 p.
- Nº 161 - "Previsão do Nível e Ciclo da Produção Industrial", Ricardo Markwald, Ajax R. B. Moreira e Pedro L. Valls Pereira, Dezembro 1988, 43 p.
- Nº 162 - "Desempenho Tecnológico da Indústria Brasileira: Uma Análise Exploratória", Helson C. Braga e Virene Matesco, Fevereiro 1989, 37 p.
- Nº 163 - "Relação Capital-Produto Incremental: Estimativas para o Período 1948/1987", Armando Castelar Pinheiro e Virene Matesco, Março 1989, 53 p.
- Nº 164 - "Família e Distribuição de Renda: O Impacto da Participação das Esposas no Mercado de Trabalho", Ricardo Paes de Barros e Rosane S. Pinto de Mendonça, Março 1989, 29 p.
- Nº 165 - "A Dinâmica da Dívida Externa: Algumas Simulações para o Brasil", José W. Rossi, Maio 1989, 20 p.